

**DECRETO Nº 5.653 DE 16 DE ABRIL DE 2020.**

*Altera o Decreto Municipal nº 5.651, de 08 de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública no âmbito do Município de Marau/RS e dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de Coronavírus (COVID-19).*

**IURA KURTZ**, Prefeito Municipal de Marau, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 6º, II, da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso VI, do Art. 8º da Lei Federal nº. 12.608, de 10 de abril de 2012;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** a emergência em saúde pública de importância nacional declarada pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em razão do COVID-19 (Novo Coronavírus);

**CONSIDERANDO** a Lei Nacional nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que “Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV)”;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, também do Ministério da Saúde, que regulamenta e operacionaliza a Lei nº 13.797/2020, estabelecendo medidas para o enfrentamento da emergência em saúde pública;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (COVID–19);

**CONSIDERANDO** que o Estado do Rio Grande do Sul publicou o Decreto nº 55.115, de 13 de março de 2020, declarando calamidade pública em todo território estadual;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 55.154, de 1º de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território do Rio Grande do Sul, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID–19 (Novo Coronavírus), e determina medidas emergenciais sanitárias e de afastamento social para todo Estado e suas alterações, através dos Decretos nº 55.177, de 08 de abril de 2020, e 55.154, de 15 de abril de 2020;

**CONSIDERANDO** que há registro de 01 (um) óbito, no dia 08 de abril de 2020, causada pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), no âmbito do Município de Marau-RS;

**CONSIDERANDO** que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município;

**CONSIDERANDO** que as autoridades de saúde da União, do Estado e do Município já contam com melhor estrutura de operação para enfrentar o pico da epidemia;

**CONSIDERANDO** que o Ministério da Saúde recomenda que os municípios, Distrito Federal e Estados implementem medidas de Distanciamento Social Seletivo (DSS), onde o número de casos confirmados não tenha impactado em mais de 50% da capacidade instalada existente antes da pandemia;

**CONSIDERANDO** a estratégia de isolamento de alguns grupos (DSS), especificamente os que apresentam mais riscos de desenvolver a doença ou aqueles que podem apresentar um quadro mais grave, como idosos e pessoas com doenças crônicas (diabetes, cardiopatas, etc.) ou condições de risco como obesidade e gestação de risco;

**CONSIDERANDO** que tais recomendações foram editadas no dia 6 de abril pelo Ministério da Saúde, através do Boletim Epidemiológico nº 07, com novas orientações em relação ao distanciamento social para combater a pandemia do Coronavírus (covid-19);

**CONSIDERANDO** que no documento oficial do Ministério da Saúde, a equipe do órgão cria diferentes formas de isolamento e recomenda regras mais leves para municípios que ainda não estejam com alta ocupação de leitos nas unidades de saúde;

**CONSIDERANDO** que pela nova diretriz da Pasta, os Municípios e Estados em que os casos confirmados não tenham resultado em uma ocupação de leitos maior do que 50% da capacidade do local devem migrar da modalidade ampliada para a seletiva;

**CONSIDERANDO** a autonomia municipal para reger a situação local, naquilo que não conflita com o ordenamento federal e estadual;

**CONSIDERANDO** o resultado positivo do processo em curso das medidas de fechamento e restrição de diversas atividades e sua necessária flexibilização;

**CONSIDERANDO** que as atividades de natureza econômica, dos setores produtivos industrial, agropecuário, comercial, construção e de serviços devem retomar seu funcionamento regular, com critérios, exigências, procedimentos, orientações e recomendações em cada segmento para a manutenção do controle sobre a situação da pandemia;

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Estadual nº 55.184, de 15 de abril de 2020;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 06, de 16 de abril de 2020, emitida pelo Centro de Operações de Emergências do COVID-19, do Município de Marau – RS.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica alterado o Decreto Municipal nº 5.651, de 08 de abril de 2020, que reitera a declaração de estado de calamidade pública no âmbito do Município de Marau e dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância

internacional de corrente do surto epidêmico de Coronavírus (COVID 19), sendo acrescentados os artigos 2º-A, 2º-B e 2º-C, com a seguinte redação:

*Art. 2º-A. O Município de Marau recomenda que os estabelecimentos comerciais de que trata o art. 5º do Decreto Estadual nº 55.154, de 1º de abril de 2020, permaneçam fechados, sem oferecer atendimento ao público.*

*Art. 2º-B. Os estabelecimentos comerciais que pretenderem retomar o atendimento ao público deverão observar a proibição de aglomeração de pessoas, assim como todas as medidas fixadas para preservação da saúde pública, em especial as estabelecidas no art. 4º do Decreto Estadual nº 55.154, de 1º de abril de 2020, bem como as estabelecidas na Resolução nº 06 de 16 de abril de 2020.*

*Art. 2º-C. A fiscalização dos estabelecimentos comerciais que optarem pela retomada de atendimento ao público será realizada na forma do art. 3º.*

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARAU,**  
aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2020

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

**IURA KURTZ**  
Prefeito Municipal

**NAURA BORDIGNON**  
Secretária Municipal de Administração Interina